RESENHA

A REBELIÃO DOS QUASE-OBJETOS: REDES TÉCNICAS E A NOVA CONSTITUIÇÃO DE BRUNO LATOUR



Henrique de Oliveira Moreira[1]

[1] Doutorando em Educação Profissional e Tecnológica

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2019.

O livro *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*, de Bruno Latour, publicado originalmente em 1991, contém cinco capítulos e tem 192 páginas. A obra traz indagações sobre a Modernidade que, para o autor, não se constituiu em nada além de um projeto que falhou, uma vez que a sociedade se colocou aceleradamente em um processo de autodestruição e nem sempre é possível perceber a diferença entre os interesses, ora políticos, ora econômicos, ora científicos. Latour nos chama ao diálogo para assuntos urgentes na perspectiva de uma nova crítica e novas ações para o enfrentamento das crises ecológicas e civilizacionais atuais e futuras.

Para compreender a densidade de *Jamais fomos modernos*, é preciso situar a obra na trajetória de Bruno Latour como filósofo, sociólogo e antropólogo da ciência. Antes desta publicação, Latour já havia revolucionado os estudos sociais da ciência com trabalhos de cunho etnográfico, nos quais investigava a produção do fato científico em laboratórios. A obra em questão marca uma transição fundamental, na qual o autor eleva suas observações empíricas a uma crítica metafísica e antropológica do Ocidente. Ao lado de teóricos como Michel Callon e John Law, Latour consolidou a Teoria Ator-Rede, e este ensaio de antropologia simétrica funciona como a base filosófica que justifica a necessidade de acompanhar os humanos e os não-humanos em suas redes de associação, desafiando a epistemologia tradicional.

No primeiro capítulo, intitulado *A Crise,* o autor começa o texto fazendo uma reflexão sobre os híbridos (mistura entre o natural e o social), embasando-se em uma breve

apresentação das notícias e das colunas que aparecem nos jornais. Provavelmente, ele trata de um periódico francês; mas facilmente poderíamos encontrar similares em diversos países do mundo. Logo, percebe-se uma crítica sobre a fragilidade com que notícias importantes são retratadas. Pode-se ir de um país a outro, de uma doença a uma universidade sem o devido aprofundamento, sem a reflexão sobre a ligação que existe entre tudo. E isso pode ser percebido no fragmento: "o navio está sem rumo: à esquerda, o conhecimento das coisas, à direita, o interesse, o poder e a política dos homens" (Latour, 2019, p. 22).

O autor alega que os estudiosos são híbridos (ele se inclui nesta definição) devido às suas diversas formações em seus trabalhos na busca de significados sobre o que é natureza e o que é cultura. Tais trabalhos, acrescenta, são incompreendidos por serem recortados em três categorias: a da natureza, a da política e a do discurso; mas relata a importância de perceber as coisas em sua totalidade e não apenas em interesses de uma ou de outra categoria. Sendo assim, propõe um estudo mais abrangente que possa analisar os objetos em suas relações diversas, inclusive com o porvir.

Nesse sentido, apresenta três repertórios potentes (a naturalização, a socialização e a desconstrução) utilizados pelos críticos para falar do mundo, mas que não podem ser associados diante das limitações daqueles que têm a tarefa de julgar. Para ilustrar melhor uma possível solução a esse problema, Latour exemplifica o trabalho de um etnógrafo que, ao ser enviado a determinada sociedade, seria capaz de detalhar tal povo em todas as suas particularidades, sejam religiosas, técnicas, políticas, entre outras. A partir desse exemplo, traça um paralelo tentando explicar o porquê de a sociedade moderna não ser analisada daquela maneira e a resposta que ele tem é que essa análise não acontece porque somos modernos e não questionamos tal conceito.

Posteriormente, Latour faz uma menção ao ano de 1989. Ano em que se decreta o fim do socialismo e a vitória do capitalismo. Houve quem pensasse que haveria o fim da exploração do homem pelo homem e, em vez disso, percebe-se que ela não acabou e ainda se incluiu a exploração do homem sobre a natureza; ampliando o número dos miseráveis pelo mundo e também a destruição global dos elementos naturais. Define, portanto, que tanto um sistema quanto outro não conseguiram trazer o desenvolvimento ou a modernidade que se esperava e questiona se realmente o homem não sabia a qual mal estava servindo. Nesse momento, tanto os antimodernos como os pós-modernos se mostram inertes diante do precipício que vem se aproximando; já os modernos continuam acreditando nas promessas da ciência ou da emancipação. Contudo, o que se percebe é um vazio de ser moderno, pois tal conceito parece não ser tão atrativo.

No livro, ainda no primeiro capítulo, há uma pequena parte dedicada à definição hipotética do conceito (apontando que poderiam existir outros tantos pensadores a respeito do assunto) sobre o que é um moderno e divide-o em dois conjuntos de práticas distintas que devem permanecer assim para ser eficaz. O primeiro conjunto cria os híbridos de natureza e cultura, formando uma cadeia que abrange conceitos de química, assim como trata de preocupações políticas, científicas e industriais. O segundo conceito repartiria os humanos e os não- humanos, estabelecendo uma partilha entre o mundo natural, uma sociedade com

seus interesses e questões previsíveis, e um discurso independente. Após algumas indagações profundas, Latour propõe a hipótese de que seria preciso "desacelerar, desviar e regular a proliferação dos monstros através da representação oficial de sua existência" (p. 22).

O segundo capítulo, *Constituição*, aborda, logo no início, a separação entre o judiciário e o executivo. Nas primeiras linhas há uma crítica aos juristas que elaboraram as constituições políticas, mas se esqueceram do poder científico e do trabalho dos híbridos. Logo, critica os cientistas que não se lembraram dos políticos, nem dos híbridos. Depois, ataca os tradutores que não explicaram o trabalho de purificação que aconteceu sem que eles percebessem. Ainda sugere que o etnólogo de agora deve descrever a Constituição que "define os humanos e não-humanos, suas propriedades e suas relações, suas competências e seus agrupamentos" (Latour, 2019, p. 25).

Para mostrar como se deveria escrever essa Constituição, ele se utiliza dos trabalhos de Robert Boyle (cientista) e de Thomas Hobbes (cientista político), que abordam maneiras diferentes de agir sobre a Natureza e sobre a Cultura, apesar de terem diversos pontos em comum: como a monarquia, a igreja e a filosofia mecanicista.

Essencialmente, o escritor traça uma visão geral sobre o trabalho de Boyle dando a ele o título de criação do método empírico, utilizado até os dias atuais, que não se funda nas matemáticas, nem na retórica, nem na lógica; mas sobre uma metáfora parajurídica baseada em doxa, considerando apenas os depoimentos de pessoas importantes, com a finalidade de atrair adesão de seus pares, tendo o laboratório como palco para suas asserções e a retórica da igreja e dos tribunais para se amparar. Dessa forma, passa a dar voz aos não-humanos que seriam capazes de oferecer informações mais confiáveis do que os humanos em determinados experimentos.

Em seguida, ele apresenta que Hobbes, por medo da subversão dos poderes, não aprova o método de Boyle. Apesar de Hobbes também desejar a paz civil, relata que ela somente seria possível se não houvesse nenhuma transcendência, seja religiosa, material ou matemática; pois se isso acontecesse e cada um pudesse ter a possibilidade de interpretar Deus à sua maneira, ou criar fatos em laboratórios, todo o conhecimento e o poder estariam novamente divididos.

Em determinado momento, Latour exalta o trabalho de Shapin e Schaffer como sendo a base da antropologia comparada, pois conseguem associar os trabalhos dos dois pensadores britânicos em uma modalidade antes não vista; mas os critica por serem assimétricos ao atribuírem maior penetração e capacidade explicativa a Hobbes e, neste ponto, questiona onde a ciência deve se encaixar: do lado do sujeito (Hobbes), do lado do objeto (Boyle); seria híbrida? Perguntas que não foram respondidas pelos antropólogos em questão, segundo o autor.

Em seguida, é apresentada uma síntese do pensamento de Hobbes que se fundamenta no contrato social que, por sua vez, é baseado na força, nos poderes e na sociedade. O soberano seria um representante autorizado pelo povo, seu porta-voz que tanto pode traduzir os anseios populares quanto pode traí-los. Em seguida, afirma que Boyle cria máquinas artificiais

capazes de reproduzir a natureza como ela é e concebe uma força natural, um objeto mudo, mas dotado de sentidos. Segundo os cientistas, são os fatos que falam por si só e eles apenas traduzem o comportamento dos objetos. Simplificando, as disputas entre os seguidores de um e outro trazem, de um lado, o sujeito de direito; do outro, o objeto da ciência.

Mostrando que a Constituição moderna separa o poder científico e o político, Latour mostra as garantias oferecidas pelas duas correntes e afirma que elas são contraditórias: pelos seguidores de Boyle, os homens não constroem a natureza, apenas descobrem seus segredos; para os seguidores de Hobbes, apenas os homens constroem a sociedade e definem seus rumos. A terceira garantia define-se a partir da manutenção da distinção entre natureza e sociedade e a quarta garantia seria o afastamento de Deus dos dois segmentos, pois eles não precisam mais da figura divina para explicar nem a natureza, nem a sociedade, nem para Lhe dar explicações. Assim, o autor afirma que essa Constituição possibilita a proliferação dos híbridos ao mesmo tempo em que os nega.

Essa contradição se mantém, pois os modernos têm argumentos que justificam suas ações para se apoiar ora na ciência, ora na religiosidade, ora na política; e transitar com bastante flexibilidade por todos esses caminhos. Sua invencibilidade é proveniente desse jogo de imanência e transcendência que permite fazer tudo e também fazer o seu contrário. Assim, Latour afirma que os modernos não conseguem pensar sobre sua situação: "quanto menos os modernos se pensam misturados, mais se misturam. Quanto mais a ciência é absolutamente pura, mais se encontra intimamente ligada à construção da sociedade" (Latour, 2019, p. 59).

No final do segundo capítulo, o escritor faz uma provocação ao dizer que "jamais fomos modernos", pois ele acredita que nunca adentramos realmente na era moderna e somos, portanto, não-modernos ou amodernos. Isso porque a Constituição moderna permite ao mesmo tempo em que proíbe, numa elasticidade sem fim, sem dar a devida atenção aos híbridos e suas relações. Continua afirmando que esse mesmo percurso vem sendo seguido pelos pós-modernos, pois jamais deixaram de lado aquela matriz antropológica e mesmo os antimodernos não conseguem perceber que a verdadeira revolução não acontece seguindo aqueles preceitos.

O terceiro capítulo tem o nome de *Revolução* e Latour inicia dizendo que os modernos se tornaram vítimas de seu próprio sucesso. Ao manterem isoladas a purificação e a tradução, os modernos não contavam com o crescimento vertiginoso dos híbridos que estão por toda parte e já não podem se sentir confortáveis nem ao lado dos sujeitos, nem ao lado dos objetos; separação essa que se tornou impositiva a partir de Kant, quando sugere o distanciamento entre o sujeito transcendental e o mundo, sem prever o surgimento dos quase-objetos. Já os fenomenólogos pensaram ter ultrapassado Kant, Hegel e Marx ao tentarem analisar a mediação, mas não conseguiram por não terem considerado os polos. Logo em seguida, traz Lyotard à cena, que diz que os rumos tomados pelos cientistas não têm nada de humano e possivelmente levarão o homem a um resultado desastroso.

Ao abordar a semiótica, o escritor alega que as filosofias da linguagem ocuparam o lugar do meio entre o sujeito e o objeto, mas não se atentaram para o fato de tornarem mais

difíceis as conexões entre um discurso autonomizado e a natureza ou o sujeito/sociedade que estavam intactos. E na tentativa de evitar problemas mais graves, sugere que a natureza, a sociedade e o discurso não podem ser mantidos separados do trabalho de hibridação; assim como não somos obrigados a manter a temporalidade moderna com suas sucessivas revoluções que não nos permitem compreender nosso passado ou nosso futuro.

O quarto capítulo é denominado *Relativismo* e o autor inicia sua reflexão propondo uma maneira de acabar com a assimetria. Segundo ele, a antropologia precisa enfrentar os conhecimentos aos quais estamos totalmente aderidos em vez das crenças, tornando-se capaz de estudar as ciências, para além dos limites da sociologia do conhecimento e da epistemologia. Nesse sentido, se se seguir o princípio de que somente é científico aquilo que rompe com a ideologia, será difícil amparar os quase-objetos.

A simetria, ao contrário, traria a possibilidade de reatar com a historicidade, a continuidade e a justiça. Primeiramente, seria necessário eliminar os cortes epistemológicos que separam as ciências proscritas e as ciências sancionadas. Assim, o primeiro princípio de simetria sugere que a sociedade explicaria tanto o que é falso quanto o que é verdadeiro, enquanto a natureza não explicaria nenhum dos dois. Para isso, seria necessária a aplicação do princípio da simetria generalizada em que a natureza e a sociedade precisariam ser explicadas. Tal explicação partiria dos quase-objetos por estarem situados no meio, tendo características dos humanos e dos não humanos; de tal modo que o relativismo poderia ser superado a partir da comparação entre naturezas-culturas.

Outro ponto do relativismo mostrado é que os ocidentais se acham diferentes das demais culturas e, de certa forma, o são por terem inventado a ciência, e esse conhecimento científico propicia a distinção entre a natureza e a cultura, entre a ciência e a sociedade; fato que não ocorre em outras civilizações, sejam elas a ameríndia ou a chinesa.

Explicando a assimetria em relação aos métodos utilizados pelos etnólogos acima e abaixo dos trópicos, Latour expõe que, quando se faz uma pesquisa em uma civilização dita "atrasada", busca-se estudar todos os seus pormenores e diversas associações são feitas; ao passo que, ao se voltar para o Norte Ocidental, as relações estabelecidas pelos pesquisadores são menos complexas e, consequentemente, não apresentam os mesmos resultados. Para o autor, essa distinção antropológica não deveria existir, nem seus resultados deveriam ser vistos como absurdos, mas considerados como provenientes de sociedades diferentes.

A antropologia comparada separa os humanos, os não-humanos e um Deus que é ao mesmo tempo árbitro e impotente; em contrapartida, o conceito de simetria proposto no ensaio engloba algo além da igualdade, ou seja, mostra as diferenças e busca entender inclusive as assimetrias e os quase-objetos. Dessa forma, o relacionismo será um dos recursos capazes de relacionar os coletivos, mas para isso teríamos que deixar de ser modernos. Contudo, essa mesma matriz antropológica não é abandonada por nós, mesmo que saibamos ser todo esse sistema irracional; pois, apesar do desencantamento do mundo, os laboratórios continuam criando os híbridos que se misturam aos humanos e aos não-humanos.

Essa matriz forma uma rede técnica que não consegue ser somente local, nem global. É mais ou menos longa e mais ou menos conectada, abrangendo apenas um ponto específico, e mesmo uma rede extensa tende a ser local nos pontos específicos. Mesmo que se encontre em muitas direções no tempo e no espaço, ela não consegue preencher o tempo e o espaço. Sendo assim, os cientistas têm dificuldade em permanecer no campo local sem passar abruptamente para o global e não conseguem fazer a conexão necessária que só seria possível através da rede de práticas e de instrumentos, de documentos e de traduções. Conclui-se que a antropologia, imersa em um mundo que nos obriga a considerar variáveis religiosas, científicas, políticas, técnicas, entre outras, não conseguiu dizer muito sobre os ocidentais, nem sobre os "outros".

A potência do conceito de híbridos e de quase-objetos revela-se indispensável para decifrar fenômenos contemporâneos urgentes que desafiam as ciências e as técnicas. O primeiro deles é a crise climática: longe de ser um evento puramente meteorológico ou uma mera narrativa política, o aquecimento global é um híbrido sociotécnico por excelência. Ele mistura dados de satélites, emissões de carbono industriais, acordos internacionais e transformações biogeoquímicas, provando que a separação moderna entre natureza e cultura faliu na prática.

O segundo fenômeno é a emergência da Inteligência Artificial (IA). A IA não pode ser compreendida apenas como uma ferramenta técnica neutra (polo do objeto), nem apenas uma projeção da mente humana (polo do sujeito). Ela atua tal qual um actante não-humano em rede, dotado de uma agência que performa traduções, toma decisões automatizadas e reconfigura o próprio trabalho pedagógico e social, exigindo que o campo da Educação Tecnológica investigue essas inteligências não como ferramentas isoladas, mas como constituintes ativos da sociedade

O quinto e último capítulo, *Redistribuição*, é o menor deles e começa com a reflexão sobre a intenção da modernização que seria distinguir as leis da natureza e as convenções da sociedade, rompendo com o passado bárbaro em busca de um futuro promissor que modernizaria todo o planeta. No entanto, isso é improvável devido à proliferação dos híbridos que, por serem tão numerosos, ninguém sabe como inseri-los naquela terra prometida.

Latour afirma que iremos guardar tudo dos modernos, menos a confiança extrema em sua Constituição. Também não se deve conservar deles a ilusão acerca de se considerarem diferentes dos demais coletivos, de estarem separados de seu passado e da natureza. Dos pré-modernos, há de se conservar sua reflexão sobre a produção dos híbridos de natureza e sociedade, de coisa e signo; e sobre a concepção de passado e futuro. Dos pós-modernos, não se pode conservar sua ironia e seu desânimo; mas é possível manter a desconstrução que de certa forma não está aliada à autodestruição e à desnaturalização que nos aproximam das ciências em ação. E, dos antimodernos, ele não vê nada que possa ser salvo. Sendo assim, será necessária a elaboração de uma Constituição que não se esqueça das naturezas nem das massas, abrindo espaço para os não-humanos criados pelas ciências e pelas técnicas, devolvendo aos humanos essa parte das coisas que lhes falta.

Em suma, Bruno Latour, em *Jamais fomos modernos*, demonstra que a Modernidade não passou de um projeto malogrado, fundamentado em uma separação artificial entre Natureza (coisas) e Cultura (sujeitos). O argumento central do autor revela que, enquanto a "Constituição Moderna" se esforçava para purificar essas categorias, ela permitia, paradoxalmente, uma proliferação sem precedentes de híbridos e quase-objetos que hoje não podem mais ser ignorados.

Ao longo da obra, o autor recapitula que a invencibilidade dos modernos adveio de sua capacidade de transitar entre a imanência e a transcendência, utilizando o trabalho de purificação para ocultar o trabalho de tradução. No entanto, ao propor a antropologia simétrica e o relacionismo, o autor nos convida a superar o relativismo e a assimetria metodológica, tratando de forma igualitária os coletivos humanos e não-humanos.

A análise da argumentação de Bruno Latour revela uma estrutura interna altamente coerente. Sua força reside em demonstrar que a própria invencibilidade do projeto moderno se sustenta em um jogo contraditório em que a teoria nega os híbridos por meio da purificação, enquanto a prática os multiplica silenciosamente por meio da tradução. Contudo, a aplicação radical de sua antropologia simétrica encontra limites que merecem ser problematizados.

Ao propor um tratamento metodológico equivalente para humanos e não-humanos, Latour ousa esvaziar a dimensão da intencionalidade humana, da responsabilidade moral e da assimetria nas relações de poder. Afinal, embora um algoritmo de IA ou um vírus de laboratório possua agência e transforme redes sociais, eles não sofrem as consequências éticas ou a exploração política da mesma forma que os sujeitos humanos marginalizados. Essa crítica é vital para a Educação Tecnológica, pois nos lembra que a simetria metodológica não deve anular o compromisso ético e a emancipação humana que norteiam a educação crítica.

A principal contribuição de Latour para o campo do conhecimento, especialmente para a Sociologia da Ciência, Filosofia e Educação Tecnológica, é a desconstrução do dualismo moderno que engessa a compreensão da realidade. No contexto de sua publicação original (1991), a obra antecipou a falência das metanarrativas capitalistas e socialistas ao lidar com a exploração da natureza. No cenário contemporâneo de crises ecológicas e civilizacionais, o livro permanece urgente ao sugerir uma redistribuição.

A proposta de uma nova Constituição que acolha os não-humanos e reconheça a existência das redes técnicas é fundamental para evitar a autodestruição da humanidade. Portanto, a obra não é apenas um diagnóstico histórico, mas um instrumento epistemológico essencial para reintegrar o conhecimento científico à responsabilidade política e social.

O livro *Jamais fomos modernos* é uma obra bastante relevante para a análise da ciência, da política, da natureza, da cultura e dos seres humanos, pois propõe uma reflexão seriamente profunda sobre os caminhos tomados pelo homem dito moderno e sugere que deve haver uma mudança drástica na postura da humanidade a fim de evitar sua autodestruição. Apesar da densidade da obra, é uma leitura fundamental para ampliar os horizontes em relação ao conhecimento, ao ser humano e ao futuro.